

CAMBUCI S/A
CNPJ/MF nº 61.088.894/0001-08
Companhia Aberta

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Em atenção ao disposto na Instrução nº 481 da Comissão de Valores Mobiliários de 17 de dezembro de 2009 ("ICVM 481"), apresentamos a seguir a proposta da administração da **CAMBUCI S.A.** ("Companhia") ("Proposta"), contendo as informações e documentos relacionados com os assuntos a serem deliberados na Assembleia Geral Ordinária ("AGO") da Companhia a ser realizada no dia 31 de março de 2022 às 10:00 horas.

Assembléia Geral Ordinária:

1. *Análise das contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social de 2021.*

Propomos que sejam aprovadas as demonstrações financeiras e o relatório da administração relativos ao exercício social de 2021, conforme divulgadas em 24 de fevereiro de 2022 nos website da Comissão de Valores Mobiliários, através do Sistema de Informações Periódicas (IPE) e no jornal O Estado de São Paulo, impresso e digital, em 25 de fevereiro de 2022 (as "Demonstrações Financeiras"), os quais foram aprovados pelo Conselho de Administração em reunião realizada no dia 22 de fevereiro de 2022 e se encontram acompanhados do parecer dos Auditores Independentes e do parecer do Conselho Fiscal da Cambuci S.A ("Cambuci S.A." ou "Companhia").

Destacamos, adicionalmente, que, nos termos do inciso III do art. 9º da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 481, de 17 de dezembro de 2009 ("Instrução CVM 481/09"), as informações dispostas no Anexo I a presente Proposta refletem nossos comentários sobre a situação financeira da Companhia.

2. *Eleição dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.*

Propomos à Assembleia a reeleição dos seguintes candidatos ao Conselho de Administração: (i) Roberto Estefano (efetivo); (ii) Eduardo Estefano Filho (efetivo); (iii) Manoel Roberto Bravo Caldeira (efetivo)

Igualmente, propomos à Assembleia a reeleição dos seguintes candidatos ao Conselho Fiscal: (i) Roberto Massayuki Hara (titular); (ii) Mário Alberto de Lima Reis Coutinho (titular); (iii)

Antônio Carlos Bonini Santos Pinto (titular); (iv) Sergio Renato Escatolin (suplente); (v) José Roberto Pereira Rios (suplente); e (vi) Clovis Ailton Madeira (suplente).

Ressaltamos que as informações requeridas no art. 10 da Instrução CVM nº 481/2009 relativas aos candidatos a membro do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal estão disponíveis no Anexo II desta Proposta.

3. Remuneração dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal.

Propomos à Assembléia a aprovação da remuneração global anual para os membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal de até R\$ 5.500.000,00 (cinco milhões e quinhentos mil reais).

Ressaltamos que as informações relacionadas à remuneração dos Administradores e dos membros do Conselho Fiscal da Companhia, em atendimento ao disposto no art. 12 da Instrução CVM nº 481/2009, estão disponíveis no Anexo III desta Proposta.

4. Destinação Do Lucro Líquido do Exercício De 2021

Propomos à Assembleia que o lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 tenha a destinação que lhe foi indicada nas Demonstrações Financeiras.

Ressaltamos que as informações, em atendimento ao disposto no Anexo 9-1-II, do inciso II do §1º do art. 9º da Instrução CVM 481/09, estão disponíveis no Anexo IV desta Proposta.

Tendo em vista a adoção do procedimento de voto à distância pela Companhia a partir de 1º de janeiro de 2018, a Companhia informa que também integra a presente Proposta da Administração, na forma do Anexo V, o Boletim de Voto à distância de que tratam os artigos 21-H e seguintes da Instrução CVM nº 481/09, conforme alterada. Exemplar do referido Boletim de Voto à distância encontra-se disponível na sede administrativa da Companhia, na Avenida Getúlio Vargas, 930, Centro, na cidade de São Roque, Estado de São Paulo, CEP: 18130-430 e os documentos eletrônicos no endereço eletrônico de relações com investidores da Companhia ri.cambuci.com.br, e no endereço eletrônico da CVM www.cvm.gov.br e no endereço eletrônico da B3 www.b3.com.br.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2022.

A Administração
Cambuci S/A

Anexo I da Proposta da Administração

10. COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA

10.1 – Condições Financeiras / Patrimoniais

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Administração entende que a Companhia apresenta totais condições financeiras e patrimoniais consolidadas suficientes para implementar seu plano de negócio.

Abaixo os principais indicadores financeiros da Companhia:

	CONSOLIDADO (Em R\$ mil)						
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2021 X 31/12/2020	31/12/2020 X 31/12/2019	31/12/2019 X 31/12/2018
ATIVO	318.749	281.584	243.235	214.940	13,2%	15,8%	13,2%
Circulante	132.144	104.787	110.313	113.262	26,1%	-5,0%	-2,6%
Não Circulante	186.605	176.797	132.922	101.678	5,5%	33,0%	30,7%
PASSIVO	193.767	184.579	169.261	190.838	5,0%	9,0%	-11,3%
Circulante	122.492	109.740	97.967	133.488	11,6%	12,0%	-26,6%
Não Circulante	71.275	74.839	71.294	57.350	-4,8%	5,0%	24,3%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	124.982	97.005	73.974	24.102	28,8%	31,1%	206,9%
RESULTADO DO EXERCÍCIO	27.592	22.027	20.212	16.650	25,3%	9,0%	21,4%
MARGEM LUCRO LÍQUIDO %	11,5%	9,2%	9,2%	6,7%			
EBITDA	43.245	21.791	45.098	35.896	98,5%	-51,7%	25,6%
MARGEM EBITDA %	18,0%	20,5%	20,5%	14,5%			

O ano de 2021 foi marcado por um primeiro semestre de receio em relação a uma terceira onda mais grave da COVID-19 e um segundo semestre onde os maiores temores foram se dissipando, a medida em que avançava a imunização da população. Com isso, a Companhia gerou resultados robustos no terceiro e no quarto trimestre.

A Administração manteve alerta constante na gestão de despesas, ao mesmo tempo em que atuou de forma célere para atender as necessidades de mercado, adequando sua produção e investindo em inovação e tecnologia. Reforçamos nosso time de colaboradores para atendermos a demanda crescente, lançamos novos produtos, nos tornamos mais digitais e avançamos mais ainda em responsabilidade ambiental com nossa linha de produtos ecológicos.

Em 2021, nossos indicadores de receita líquida, lucro bruto, EBITDA e lucro líquido foram bastante superiores a 2020. As margens também avançaram em todos os indicadores citados. A companhia mantém um portfólio de produtos alinhado com o objetivo de gerar lucratividade superior à média de mercado.

A companhia teve suas vantagens competitivas potencializadas com o dólar apreciado e as dificuldades da cadeia internacional de suprimentos. Com a produção local, baixa dependência de insumos importados e velocidade na entrega, atendemos aos nossos clientes nacionais e internacionais com qualidade e rapidez sem paralelo no mercado.

Os principais indicadores do fechamento de 2021 foram:

- Recorde de Receita Líquida no 4T21 com R\$ 90,8 milhões, crescimento de 57,6% vs. 4T20. No ano, o crescimento foi de 53,4% (240,1MM em 2021 vs. 156,5MM em 2020);
- Margem Bruta de 45,7% no trimestre, +2,6p.p. vs. 4T20. Em 2021, atingimos margem de 46,9%, +1,9 p.p. vs. 2020;
- EBITDA de R\$ 16,8 milhões no trimestre vs. R\$ 10,9 milhões no 4T20, com margem de 18,5%. No ano, R\$ 43,3 milhões, com margem EBITDA sem eventos não recorrentes avançando 14 p.p. (18,0% em 2021 vs. 4,0% em 2020);
- Lucro Líquido de R\$ 18,9 milhões no trimestre vs. R\$ 5,1 milhões no 4T20, aumento de 270,6%. No ano, atingimos R\$ 27,6 milhões vs. R\$ 22 milhões em 2020, aumento de 25,5%.

Foi atribuída a Companhia, no início de 2022, nota de Rating Corporativo BBB+.br pela Moodys's Local, em reconhecimento a nossa forte presença de mercado, gestão e governança corporativa.

A medida em que a pandemia vai ficando no retrovisor, a Companhia vislumbra novos records, alinhando sempre criação de valor, responsabilidade financeira e satisfação dos nossos clientes.

b. Estrutura de capital, indicando:

A Companhia financia suas operações por meio de capital próprio e recursos de terceiros. A Companhia emite exclusivamente ações ordinárias, não havendo, portanto, ações resgatáveis. Apresentamos, nos últimos anos e trimestres, uma estrutura de capital equilibrada entre capital próprio e de terceiros, e condizente com as nossas atividades, na visão da Administração, na proporção apresentada na tabela abaixo:

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Administração da Companhia entende que possui liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir suas necessidades e obrigações futuras. Os seus recursos provenientes de caixa e equivalentes de caixa e empréstimos de terceiros são suficientes para atender o financiamento de suas atividades.

Em 31 de dezembro de 2021, a dívida bruta da Companhia era de R\$ 97.973, dos quais R\$ 62.522, ou 63,8% estão no passivo circulante e R\$ 35.451, ou 36,2% no passivo não circulante. A aumento na proporção de dívida de curto prazo em 2021 está alinhado com a estratégia da companhia de liquidação de passivos mais onerosos e tem caráter temporário, uma vez que já se encontra em processo de emissão, debenture de R\$ 50 milhões, que alongará o perfil da dívida e reduzirá despesas financeiras.

A Companhia tem apresentado plena capacidade de pagamento dos compromissos financeiros assumidos, uma vez que suas operações são geradoras de caixa e os prazos concedidos a clientes são essencialmente de curto prazo.

A dívida líquida no final de 2021 era de R\$ 92.117. Esse valor é 2,1 vezes o EBITDA de 12 meses, contra 3,0 vezes o EBITDA de 12 meses em 2020.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Além da utilização em parte de sua geração própria de caixa, a Companhia se utiliza de linhas de financiamento junto a bancos comerciais.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretendem utilizar para cobertura de deficiência de liquidez.

No momento, a Companhia entende que não possui deficiências de liquidez. Caso exista necessidade de buscar fontes de financiamento para capital de giro ou ativos não circulantes, a Companhia poderá: (i) buscar linhas de empréstimos e financiamentos com bancos privados ou (ii) emitir títulos de dívida, tais como debêntures.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. Contratos de empréstimos e financiamentos relevantes

Em 31 de dezembro de 2021, o endividamento da Companhia apresentava a seguinte composição:

	Encargos Financeiros Médios	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Em moeda corrente - R\$					
Desconto de duplicatas	0,70 a 0,90 % a.m	28.786	21.143	28.786	21.143
Conta garantida - recebíveis	0,48 a 0,95 % a.m	30.464	25.108	30.464	25.108
Capital de giro - CDI	CDI + 0,31 % a 1,15% a.m.	24.336	14.977	24.336	14.977
Capital de giro	0,37% a.m	10.461	5.011	10.461	5.011
Desenbahia - BNDES	TJLP	3.910	4.293	3.910	4.293
Leasing	1% a.m.	16	197	16	197
		97.973	70.729	97.973	70.729
Em moeda estrangeira - US\$					
Capital de giro	(principal e juros)	-	-	-	898
		-	-	-	898
		97.973	70.729	97.973	71.627
Passivo circulante		62.522	38.917	62.522	39.134
Passivo não circulante		35.451	31.812	35.451	32.493

Desenbahia

Em 29 de dezembro de 2008 foi firmado acordo com o Desenbahia – Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A. Neste acordo ficou pactuado que a Companhia vai liquidar a dívida em 180 parcelas mensais, atualizadas pela variação da TJLP – Taxa de juros em longo prazo, contemplando um desconto de 57% nas parcelas que estão sendo pagas

rigorosamente no seu vencimento. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de R\$ 3.910 corresponde a 49 parcelas

Todas as operações contam com garantias reais de bens do ativo, tais como imóveis, máquinas, equipamentos e recebíveis.

O montante dos financiamentos com vencimento a curto e a longo prazo tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
2021	-	39.134
2022	62.522	15.638
2023 em diante	35.451	16.855
	<u>97.973</u>	<u>71.627</u>

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os contratos de empréstimos e financiamentos mantidos pela Companhia e por suas controladas não continham cláusulas restritivas que estabeleçam obrigações quanto à manutenção de índices financeiros.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia não possui outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Não há subordinação entre dívidas da Companhia.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Todos os contratos de empréstimos e financiamentos citados possuem garantia real em sua contratação e/ou negociação.

g. Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia estava utilizando 90%, aproximadamente, dos limites de financiamento cedidos pelas instituições financeiras.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO (em R\$ mil)

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	Análise Vertical			Análise Horizontal	
				31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	21 v. 20	20 v. 19
ATIVO	318.749	281.584	243.235	100,0%	100,0%	100,0%	13,2%	15,8%
CIRCULANTE	132.144	104.787	110.313	41,5%	37,2%	45,4%	26,1%	-5,0%
Caixa e equivalentes de caixa	5.856	6.288	9.054	1,8%	2,2%	3,7%	-6,9%	-30,6%
Contas a receber	72.702	51.913	50.754	22,8%	18,4%	20,9%	40,0%	2,3%
Estoques	29.460	30.346	36.201	9,2%	10,8%	14,9%	-2,9%	-16,2%
Tributos a recuperar	11.551	9.735	10.267	3,6%	3,5%	4,2%	18,7%	-5,2%
Despesas pagas antecipadamente	1.404	284	1.084	0,4%	0,1%	0,4%	394,4%	-73,8%
Demais contas a receber	11.171	6.221	2.953	3,5%	2,2%	1,2%	79,6%	110,7%
NÃO CIRCULANTE	186.605	176.797	132.922	58,5%	62,8%	54,6%	5,5%	33,0%
Contas a receber	3.344	3.479	3.519	1,0%	1,2%	1,4%	-3,9%	-1,1%
Depósitos judiciais	3.597	4.194	4.959	1,1%	1,5%	2,0%	-14,2%	-15,4%
Tributos a recuperar	46.385	46.612	6.788	14,6%	16,6%	2,8%	-0,5%	586,7%
Despesas pagas antecipadamente	247	308	218	0,1%	0,1%	0,1%	-19,8%	41,3%
Demais contas a receber	41.000	38.775	33.899	12,9%	13,8%	13,9%	5,7%	14,4%
Propriedades para investimento	60.926	53.835	51.200	19,1%	19,1%	21,0%	13,2%	5,1%
Outros investimentos	526	1.027	817	0,2%	0,4%	0,3%	-48,8%	25,7%
Imobilizado	27.735	26.119	28.029	8,7%	9,3%	11,5%	6,2%	-6,8%
Intangível	2.845	2.448	3.493	0,9%	0,9%	1,4%	16,2%	-29,9%

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO (em R\$ mil)

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	Análise Vertical			Análise Horizontal	
				31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	21 v. 20	20 v. 19
PASSIVO	318.749	281.584	243.235	100,0%	100,0%	100,0%	13,2%	15,8%
CIRCULANTE	122.492	109.740	97.967	38,4%	39,0%	40,3%	11,6%	12,0%
Fornecedores	22.072	16.737	11.658	6,9%	5,9%	4,8%	31,9%	43,6%
Empréstimos e financiamentos	62.522	39.134	49.490	19,6%	13,9%	20,3%	59,8%	-20,9%
Obrigações sociais e trabalhistas	9.633	10.375	5.300	3,0%	3,7%	2,2%	-7,2%	95,8%
Obrigações fiscais	13.412	10.749	6.935	4,2%	3,8%	2,9%	24,8%	55,0%
Demais contas a pagar	14.853	32.745	24.584	4,7%	11,6%	10,1%	-54,6%	33,2%
NÃO CIRCULANTE	71.275	74.839	71.294	22,4%	26,6%	29,3%	-4,8%	5,0%
Empréstimos e financiamentos	35.451	32.493	29.643	11,1%	11,5%	12,2%	9,1%	9,6%
Obrigações fiscais	24.731	26.815	29.112	7,8%	9,5%	12,0%	-7,8%	-7,9%
Provisão para contingências	6.013	5.745	4.692	1,9%	2,0%	1,9%	4,7%	22,4%
Demais contas a pagar	5.080	9.786	7.847	1,6%	3,5%	3,2%	-48,1%	24,7%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	124.982	97.005	73.974	39,2%	34,4%	30,4%	28,8%	31,1%
Capital social	45.937	45.701	45.539	14,4%	16,2%	18,7%	0,5%	0,4%
Reserva de capital	1.397	1.218	-	0,4%	0,4%	0,0%	14,7%	-
Reserva legal	3.017	1.637	536	0,9%	0,6%	0,2%	84,3%	205,4%
Reserva de incentivos fiscais	57.318	31.106	10.180	18,0%	11,0%	4,2%	84,3%	205,6%
Ajustes de avaliação patrimonial	19.642	19.642	19.642	6,2%	7,0%	8,1%	0,0%	0,0%
Ajustes acumulados de conversão	(4.834)	(2.764)	(2.454)	-1,5%	-1,0%	-1,0%	74,9%	12,6%
Efeito da aplicação do CPC42 / IAS 29 (Hiperinflação)	2.947	803	845	0,9%	0,3%	0,3%	267,0%	-5,0%
Participação acionistas não controladores em controladas	(442)	(338)	(314)	-0,1%	-0,1%	-0,1%	30,8%	7,6%

COMPARATIVO ENTRE OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021, 2020 E 2019

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	Análise Vertical			Análise Horizontal	
				31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	21 v. 20	20 v. 19
Receita operacional líquida	240.098	156.499	219.836	100,0%	100,0%	100,0%	53,4%	-28,8%
Custo dos produtos vendidos	(127.520)	(86.072)	(122.981)	-53,1%	-55,0%	-55,9%	48,2%	-30,0%
Lucro bruto	112.578	70.427	96.855	46,9%	45,0%	44,1%	59,9%	-27,3%
Despesas com vendas	(40.095)	(37.189)	(46.934)	-16,7%	-23,8%	-21,3%	7,8%	-20,8%
Despesas gerais e administrativas	(27.048)	(24.627)	(26.131)	-11,3%	-15,7%	-11,9%	9,8%	-5,8%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(9.343)	7.247	14.154	-3,9%	4,6%	6,4%	-228,9%	-48,8%
	(76.486)	(54.569)	(58.911)	-31,9%	-34,9%	-26,8%	40,2%	-7,4%
Lucro operacional	36.092	15.858	37.944	15,0%	10,1%	17,3%	127,6%	-58,2%
Despesas financeiras	(30.569)	(21.107)	(31.845)	-12,7%	-13,5%	-14,5%	44,8%	-33,7%
Receitas financeiras	15.775	36.535	6.341	6,6%	23,3%	2,9%	-56,8%	476,2%
	(14.794)	15.428	(25.504)	-6,2%	9,9%	-11,6%	-195,9%	-160,5%
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	21.298	31.286	12.440	8,9%	20,0%	5,7%	-31,9%	151,5%
Imposto de renda e contribuição social do exercício	6.186	(9.276)	7.771	2,6%	-5,9%	3,5%	-166,7%	-219,4%
Lucro líquido antes da participação dos não controladores	27.484	22.010	20.211	11,4%	14,1%	9,2%	24,9%	8,9%
Atribuível aos acionistas não controladores	108	17	1	0,0%	0,0%	0,0%	535,3%	1600,0%
Lucro do exercício	27.592	22.027	20.212	11,5%	14,1%	9,2%	25,3%	9,0%
EBITDA								
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	Análise Vertical			Análise Horizontal	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	21 v. 20	20 v. 19
(Prejuízo) lucro do período	27.592	22.027	20.212	11,5%	14,1%	9,2%	25,3%	9,0%
Despesas Financeiras	30.569	21.107	31.845	12,7%	13,5%	14,5%	44,8%	-33,7%
Receitas Financeiras	(15.775)	(36.535)	(6.341)	-6,6%	-23,3%	-2,9%	-56,8%	476,2%
Depreciação/Amortização	7.153	5.933	7.154	3,0%	3,8%	3,3%	20,6%	-17,1%
Atribuível aos acionistas não controladores	(108)	(17)	(1)	0,0%	0,0%	0,0%	535,3%	1600,0%
Imposto de renda e contribuição social do período	(6.186)	9.276	(7.771)	-2,6%	5,9%	-3,5%	-166,7%	-219,4%
EBITDA	43.245	21.791	45.098	18,0%	13,9%	20,5%	98,5%	-51,7%

Tributos a recuperar

Em 23 de setembro de 2021, o Superior Tribunal Federal (“STF”) julgou em decisão plenária, por unanimidade, a não incidência de IRPJ e CSLL sobre os valores relativos à taxa Selic envolvendo créditos fiscais recebidos em razão de repetição de indébito tributário. Em relação a este assunto, a Companhia impetrou mandado de segurança com pedido de liminar em 02/08/2021, objetivando assegurar o reconhecimento da não incidência destes tributos sobre os valores de atualização monetária e juros de mora, dentre eles a Selic, onde obteve êxito no 4º trimestre. A Companhia registrou a sua melhor estimativa até a presente data, no valor de R\$ 6.243, visto que a realização do ganho é líquido e certo.

IFR 16 / CPC 06 – Operações de arrendamento mercantil

A Companhia adotou a norma em 2019. O CPC 06 introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários.

Em 2019 a Companhia utilizou abordagem retrospectiva simplificada. O efeito cumulativo da adoção foi reconhecido como ajuste no saldo de abertura do balanço patrimonial, sem abertura das informações comparativas.

Dos contratos que foram escopo da norma, a administração da Companhia considerou como componente de arrendamento o valor do aluguel para fins de avaliação do passivo. A mensuração do passivo do arrendamento corresponde ao total dos pagamentos futuros de

alugueis fixos. As contraprestações de arrendamento que anteriormente (até o exercício findo em 31 de dezembro de 2018) eram registradas como despesas de alugueis, passaram a ser reconhecidas nas linhas de depreciação e despesas financeiras.

Aplicação da norma de contabilidade e evidenciação de economia hiperinflacionária

Considerando que a inflação acumulada nos últimos anos na Argentina foi superior a 100%, a aplicação da norma passou a ser requerida. O CPC 42/IAS 29 exige a divulgação dos resultados das operações da empresa Penalty Argentina como se fossem altamente inflacionárias a partir de 1º de janeiro de 2018.

De acordo com a norma, os ativos e passivos não monetários, o patrimônio líquido e a demonstração do resultado de subsidiárias que operam em economias altamente inflacionárias são corrigidos pela alteração no poder de compras da moeda corrente, aplicando um índice geral de preços.

A demonstração de resultado da Penalty Argentina acumulada até 31 de dezembro de 2021 foi corrigida pelo índice de inflação e, posteriormente convertida a taxa de fechamento em 31 de dezembro de 2021 de 0,0555 por real.

Propriedade para investimento

Em 30 de setembro de 2019, um imóvel da subsidiária Cambuci Trust S/A foi classificado para propriedade para investimento. Inicialmente o valor foi transferido como propriedade para investimento a valor de custo, no montante de R\$ 25.988. Imediatamente após sua transferência, a Companhia remensurou o imóvel ao valor justo e reconheceu um ganho de R\$ 25.212 em outros resultados abrangentes, demonstrada no Patrimônio líquido como ajustes de avaliação patrimonial (nota explicativa 26 das demonstrações financeiras de 31/12/2020).

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia mensurou o valor justo e registrou um ganho no resultado do exercício no valor de R\$ 7.091.

Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Caixa	8	8	136	47
Bancos conta movimento	569	1.977	3.335	3.955
Aplicações financeiras	210	2.100	2.385	2.286
	787	4.085	5.856	6.288

As aplicações financeiras são representadas substancialmente por certificados de depósitos bancários ("CDB") compromissadas e refletem as condições usuais de mercado, cujo vencimento é igual ou inferior a 90 dias possuem liquidez imediata e não possuem risco de variações significativas de flutuação em função da taxa de juros.

Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Contas a receber no Brasil	70.307	59.671	86.434	68.661
Contas a receber no Exterior	2.802	2.734	3.262	3.163
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvi	(9.091)	(11.563)	(13.650)	(16.432)
	64.018	50.842	76.046	55.392
Ativo Circulante	60.683	47.411	72.702	51.913
Ativo Não Circulante	3.335	3.431	3.344	3.479
	64.018	50.842	76.046	55.392

A Companhia mensura regularmente efeitos de valor presente em suas contas a receber. Em 31 de dezembro de 2021 tinha recebíveis oferecidos em garantia de empréstimos e financiamentos.

O saldo por vencimento é o seguinte;

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Títulos Vencidos - terceiros				
Até 30 dias	2.246	918	3.893	1.908
De 31 a 120 dias	1.150	344	1.150	382
De 121 a 180 dias	388	254	418	256
A partir de 181 dias	8.696	11.956	11.193	14.477
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvi	(9.091)	(11.563)	(13.650)	(16.432)
Total dos títulos vencidos - terceiros	3.389	1.909	3.004	591
Títulos a vencer - terceiros	60.629	48.933	73.042	54.801
Total da carteira de clientes - terceiros	64.018	50.842	76.046	55.392

A movimentação das perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Saldo da PECLD no início do exercício	(11.563)	(10.180)	(16.432)	(13.480)
(Adições) / reversões do exercício	1.312	(2.029)	1.622	(3.598)
Baixa de títulos considerados incobráveis	1.160	646	1.160	646
Saldo da PECLD no final do exercício	(9.091)	(11.563)	(13.650)	(16.432)

Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Produtos acabados	7.812	13.674	13.037	18.604
Importação em andamento	5.795	2.211	5.795	2.211
Produtos em elaboração	1.113	920	1.113	920
Matérias-primas	7.516	8.564	9.515	8.611
	22.236	25.369	29.460	30.346

Políticas Contábeis

A Companhia adotou as políticas contábeis de maneira consistente a todos os exercícios apresentados e o resumo das principais políticas estão descritas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021, divulgado em 24 de fevereiro de 2021, na nota explicativa nº 7.

10.2 – Resultado Operacional e Financeiro

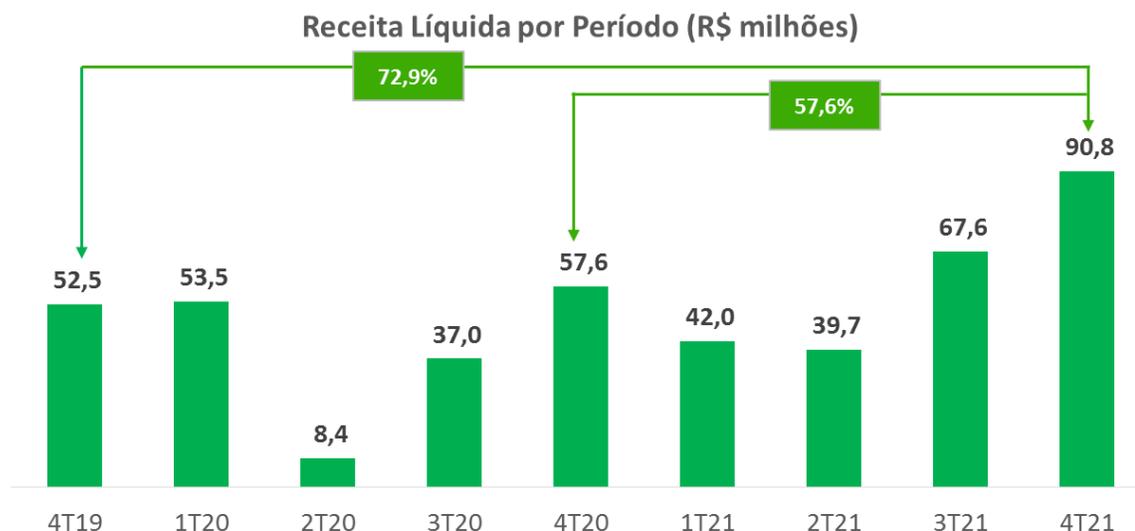
a. Resultado das operações do emissor, em especial:

(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita da Companhia é composta pelas vendas no mercado interno, e pelas vendas no mercado externo realizadas pelas operações na América do Sul, além das exportações. A Cambuci goza de subvenções, concedidas pelos governos estaduais da Bahia e Paraíba, onde as fábricas estão localizadas. O valor dessas subvenções para investimentos, registrado durante o exercício de 2021 foi de R\$ 17.021 mil. Em 2020 foi de R\$ 11.615 mil.

(ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

O ano de 2021 foi marcado por dois períodos bastante distintos. No primeiro semestre houve um baixo volume de vendas em decorrência das preocupações de mercado com uma possível terceira onda da COVID-19. No segundo semestre, houve uma forte retomada da atividade operacional, a medida em que as preocupações foram se dissipando.



Como podemos verificar no gráfico, o segundo semestre apresentou forte recuperação no faturamento.

O resultado operacional foi impactado positivamente pelo registro da exclusão da Selic envolvendo créditos fiscais recebidos em razão da repetição de indébito tributário.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

No acumulado do ano, o aumento da receita líquida foi de 53,4% comparado com o mesmo período do ano anterior. O resultado se deve ao conjunto de: mercado consumidor mais robusto no segundo semestre, reajuste de preços para neutralizar impacto inflacionário e garantir margens, novas linhas de produtos em beach tennis e bike e maior competitividade frente aos concorrentes importadores.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

A inflação tem impacto nos negócios da Companhia, uma vez que alguns dos insumos, serviços e despesas operacionais são denominados em reais.

O risco cambial é proveniente da oscilação das taxas de câmbio sobre os saldos de empréstimos e financiamentos, contas a receber de clientes e a pagar a fornecedores e “royalties”, denominados em moeda estrangeira. Foram desconsiderados os saldos de contas a receber de clientes, a pagar a fornecedores e dos empréstimos e mantidos pelas controladas no exterior, os quais são denominados nas moedas funcionais locais de cada uma dessas controladas, para as quais a Administração da Cambuci entende que não existe risco de exposição de moeda para essas controladas.

10.3 – Comentários dos diretores sobre os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados

a) introdução ou alienação de segmento operacional

Não aplicável em razão da Companhia não ter introduzido ou alienado segmento operacional.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não aplicável em razão de não ter havido eventos ou operações não usuais no período.

c) eventos ou operações não usuais

Não aplicável em razão de não ter havido eventos ou operações não usuais no período

10.4 – Mudanças de práticas Cont./Ressalvas e Ênfases

a) mudanças significativas nas práticas contábeis

As descrições das práticas contábeis estão contidas na nota explicativa nº 7 das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2021, publicadas em 24/02/2021, sendo que não houve nenhuma mudança significativa. A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

As demonstrações financeiras foram preparadas e foram apresentadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), em vigor em 31 de dezembro de 2020.

Não existem normas, alterações e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia em 31 de dezembro de 2021.

c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

O parecer dos Auditores Independentes **não contém ressalvas ou ênfases**.

A Administração acredita que nos próximos anos a Companhia possua expectativas de melhorar ainda mais sua rentabilidade e gerar recursos oriundos de suas próprias operações para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas quanto a sua capacidade de continuar operando.

i. Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A Administração compreende que os controles internos da companhia e sistemas de elaboração das demonstrações financeiras atendem perfeitamente a qualidade, precisão e a confiabilidade das informações.

ii. ineficiência e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

O relatório dos auditores independentes sobre os controles internos da Companhia, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não aponta qualquer deficiência relevante nos procedimentos e controles internos que a empresa utiliza na elaboração de suas demonstrações financeiras.

10.5 – Políticas Contábeis Críticas

Consideramos uma prática contábil crítica quando ela é importante para retratar a situação financeira da Companhia e resultados operacionais, e requer julgamentos e estimativas complexos ou significativos por parte da Administração da Companhia. Para um resumo de todas as práticas contábeis da Companhia, vide nota explicativa nº 7 das demonstrações financeiras da Companhia.

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação dessas demonstrações contábeis, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As demonstrações contábeis da Controladora e Consolidado incluem, portanto, estimativas referentes principalmente a provisão para impostos diferidos Nota 13, seleção da vida útil do ativo imobilizado Nota 18.2, provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas Nota 25, determinação do valor justo de instrumentos financeiros (ativos e passivos) e outras similares Nota 27.

10.6 – Itens relevantes não evidenciados nas DFs

- a) **os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial, tais como:**

Não aplicável, uma vez que não há qualquer ativo ou passivo detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, não evidenciado nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021.

- b) **outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Não aplicável, uma vez que não há qualquer item relevante que não foi evidenciado nas demonstrações financeiras da Companhia, incluindo as notas explicativas.

10.7 – Comentários sobre itens não evidenciados

- a) **como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia**

Conforme mencionado no item 10.6 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas.

- b) **natureza e propósito da operação**

Conforme mencionado no item 10.6 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas.

- c) **natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação**

Conforme mencionado no item 10.6 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas.

10.8 – Plano de negócios

- a) **Investimentos, incluindo:**

- (i) **descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos.**

A Companhia continua investindo na sua expansão internacional através de sua subsidiária na Argentina.

- (ii) **fontes de financiamento dos investimentos**

A Companhia pretende utilizar recursos próprios e/ou créditos junto a instituições financeiras para os novos investimentos.

- (iii) **Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos**

Não há desinvestimentos de capital relevante em andamento ou previstos para os próximos anos.

b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

Não houve nenhuma aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos, que possam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

c) Novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgados (ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos (iv) montantes gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

O portfólio de produtos das marcas da Cambuci apresentado em 2021 foi resultado de investimentos em inovação e tecnologia, baseado em premissas de atualização de design e em conformidade com as orientações de pesquisa em tendências junto a bureaus globais. Cerca de 2% do faturamento líquido é destinado ao trabalho de pesquisa, desenvolvimento e inovação, justamente para oferecer constantes novidades e garantir performance e qualidade que são condições primordiais nos produtos Penalty e Stadium. Este direcionamento resultou na evolução das linhas de produtos do seu portfólio.

Nossa bola ecológica Penalty S11 Ecomnit rola nos principais campeonatos e utiliza 4,5 garrafas PET recicladas em sua composição. Nossos calçados Max 1000, Max 500, Brasil 70 Locker, S11Locker e 7 Society compartilham da mesma inovação. Além disso, fomos a primeira marca a apresentar meias fabricadas com fio reciclado de PET. Ao todo, já retiramos mais de 400 mil garrafas PET da natureza. Optamos por adquirir energia de fontes limpas e renováveis e reprocessamos todo o EVA e a borracha dos nossos processos para garantir o menor impacto possível.

A cada ano a Cambuci vem ampliando parcerias com atletas, federações e confederações, que funcionam como um sofisticado laboratório de testes de produtos de alta performance e têm função vital em potencializar cada vez mais a promover e viabilizar os nossos projetos tecnológicos e inovadores que são condições orientadas para dentro da companhia de prover produtos únicos e exclusivos com diferencial técnico e maior valor agregado.

10.9 – Outros fatores com influência relevante

Ainda que as restrições a mobilidade tenham se reduzido drasticamente e a vacinação tenha avançado em ritmo acelerado. Os impactos da COVID-19 ainda se fizeram sentir, principalmente no primeiro semestre de 2021. A companhia acredita que os próximos períodos serão de resultados positivos ainda mais robustos.

Anexo II da Proposta da Administração**12.6 – 12.10. Informações dos candidatos indicados pela administração da Companhia para membro do Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal**

12.6. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:

- a. nome
- b. idade
- c. profissão
- d. CPF ou número de passaporte
- e. cargo eletivo ocupado
- f. data de eleição
- g. data da posse
- h. prazo do mandato
- i. outros cargos ou funções exercidos no emissor
- j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não

CONSELHO FISCAL

Os acionistas controladores da Companhia informaram à Administração da Companhia que indicarão, para ocuparem o cargo de **membro do Conselho Fiscal** da Companhia, a reeleição dos Srs.:

Roberto Massayuki Hara, brasileiro, casado, economista, domiciliado na Rua Euclides Pacheco, 1679 - Apto 61, Tatuapé, São Paulo/SP, RG 9.029.221-2 SSP/SP, e CPF nº 860.121.858-04, e respectivo suplente;

Mário Alberto de Lima Reis Coutinho, brasileiro, casado, engenheiro, residente à Rua João de Souza Dias, 612, ap 162, Campo Belo – São Paulo – SP, RG nº 6.252.106 e CPF nº 491.893.018-20; e

Antonio Carlos Bonini Santos Pinto, brasileiro, casado, administrador de empresa e contabilista, domiciliado à Rua Vergueiro, 2016, 9º andar, São Paulo-SP, RG nº 7.615.443-9 e CPF nº 026.230.088-50, e

para **Suplentes**, respectivamente, os senhores:

Sergio Renato Escatolin, brasileiro, casado, administrador de empresas, domiciliado na Rua Colombia, 578, Jardim América, São Paulo/SP, RG nº 25.848.706-9, e CPF nº 183.679.998-51

José Roberto Pereira Rios, brasileiro, casado, administrador de empresa e contador, residente à Rua Marechal Deodoro da Fonseca, 137 – São Roque – SP, RG nº 5.544.637 e CPF nº 555.992.578-00; e

Clovis Ailton Madeira, brasileiro, casado, administrador de empresa e contabilista, domiciliado à Rua Vergueiro, 2016, 9º andar, São Paulo-SP, RG nº 4.313.404-X – SSP/SP e CPF nº 253.599.328-72.

NOME DO CONSELHEIRO	IDADE	PROFISSÃO	CPF	DATA DA ELEIÇÃO	DATA DA POSSE	PRAZO DO MANDATO	OUTROS CARGOS NA CAMBUCI	ELEITO PELO CONTRALADOR	FUNÇÃO
ROBERTO MASSAYUKI HARA	60	Economista	860.121.858-00	31/03/2021	31/03/2021	UM ANO	NÃO	SIM	Conselheiro Fiscal (Efeito)
MARIO ALBERTO DE LIMA REIS COUTINHO	76	Engenheiro	491.893.018-20	31/03/2021	31/03/2021	UM ANO	NÃO	SIM	Conselheiro Fiscal (Efeito)
ANTONIO CARLOS BONINI SANTOS PINTO	61	Administrador	026.230.088-50	31/03/2021	31/03/2021	UM ANO	NÃO	SIM	Conselheiro Fiscal (Efeito)
Sergio Renato Escatolin	44	Administrador	183.679.998-51	31/03/2021	31/03/2021	UM ANO	NÃO	SIM	Conselheiro Fiscal (suplente)
JOSE ROBERTO PEREIRA RIOS	65	Administrador e Contador	555.992.578-00	31/03/2021	31/03/2021	UM ANO	NÃO	SIM	Conselheiro Fiscal (suplente)
CLOVIS MADEIRA AILTON	68	Administrador e Contador	253.599.328-72	31/03/2021	31/03/2021	UM ANO	NÃO	SIM	Conselheiro Fiscal (suplente)

ADMINISTRADORES – CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRETORIA

Os acionistas controladores da Companhia informaram à Administração da Companhia que indicarão, para ocuparem o cargo de **membro do Conselho de Administração da Companhia**, os Srs.:

Roberto Estefano, brasileiro, casado, industrial, domiciliado na Av. Getulio Vargas, 930, Marmeleiro, São Roque/SP, portador da CIRG nº 1.447.416-5 SSP/SP e CPF nº 067.524.468-49;

Eduardo Estefano Filho, brasileiro, casado, industrial, domiciliado na Av. Getulio Vargas, 930, Marmeleiro, São Roque/SP, portador da CIRG nº 3.012.239 SSP/SP e CPF nº 067.527.138-04;

Manuel Roberto Bravo Caldeira, brasileiro, casado, administrador de empresas, domiciliado na Rua Tucumã, 217 ap 141 Jardim Europa CEP 01455-010 São Paulo-SP, portador do CIRG n. 4.113.785 e CPF/MF sob o n. 029.428.328;

para ocuparem o cargo de **diretor executivo da Companhia**, o Sr.:

Alexandre Schuler, brasileiro, casado, administrador de empresas, domiciliado Av. Getúlio Vargas, 930, Marmeleiro, São Roque/SP, portador do RG nº 1025583673 SSP/RS e inscrito no CPF sob o nº 425.103.330-20;

Roberto Estefano, brasileiro, casado, industrial, domiciliado na Av. Getulio Vargas, 930, Marmeleiro, São Roque/SP, portador da CIRG nº 1.447.416-5 SSP/SP e CPF nº 067.524.468-49;

Emerson Tsuneji Shiromaru, brasileiro, casado, administrador, com endereço na Av. Getúlio Vargas, 930, Marmeleiro, São Roque/SP, portador da CIRG nº 15.436.012-0 SSP/SP e CPF/MF sob o nº 142.459.198-84.

NOME DO ADMINISTRADOR	Idade	Profissão	CPF	DATA DA ELEIÇÃO	DATA DA POSSE	PRAZO DO MANDATO	OUTROS CARGOS NA CAMBUCI	ELEITO PELO CONTROLADOR	FUNÇÃO
ROBERTO ESTEFANO	73	Administrador	067.524.468-49	31/03/2021	31/03/2021	UM ANO	Não	SIM	Conselheiro de Administração (Efetivo) e Diretor de Relação Com os Investidores
EDUARDO ESTEFANO FILHO	75	Engenheiro	067.527.138-04	31/03/2021	31/03/2021	UM ANO	Não	SIM	Conselheiro de Administração (Efetivo)
MANUEL ROBERTO BRAVO CALDEIRA	64	Administrador	029.428.328-51	31/03/2021	31/03/2021	UM ANO	Não	NAO	Conselheiro de Administração (Efetivo)
ALEXANDRE SCHULER	57	Administrador	425.103.330-20	31/03/2021	31/03/2021	UM ANO	Não	Não	Diretor Presidente
EMERSON TSUNEJI SHIROMARU	52	Administrador	142.459.198-84	31/03/2021	31/03/2021	UM ANO	Não	Não	Diretor de Operações Internacionais e Inovação e Tecnologia

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.

A Cambuci S/A não possui os comitês acima mencionados

12.8 Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal, fornecer:

- a. currículo, contendo as seguintes informações:
 - i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:
 - nome da empresa
 - cargo e funções inerentes ao cargo
 - atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor
 - ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas

Nome: **Roberto Estefano**

Formação acadêmica: Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas

Experiência profissional: diversas atividades exercidas na Assessoria Brasileira das Indústrias de Artigos Esportivos, Sindicato de Meias e Malharias do Estado de São Paulo. Atualmente é presidente do conselho de administração da Cambuci S/A, além de ser diretor Presidente e de relações com investidores.

Nome: **Eduardo Estefano Filho**

Formação acadêmica: Engenheiro Mecânico, pela FEI / PUC. Pós graduação em Administração de Empresas – FGV

Experiência profissional: atividades exercidas como diretor da Cambuci S/A
Atualmente é membro do conselho de administração da Cambuci S/A, além de ter sido diretor superintendente da Cambuci S/A

Nome: **Manuel Roberto Bravo Caldeira**

Formação acadêmica: EAESP-FGV.

Experiência profissional: iniciou sua carreira no Banco Finasa de Investimentos, onde era gerente de análise. Em seguida, trabalhou no Banco Francês e Brasileiro como diretor de investimentos, sendo responsável pela montagem e gestão do departamento de mercado de capitais. Foi eleito em 1994 o melhor administrador de fundos pela revista Exame. Posteriormente foi sócio da Linear Investimentos, onde captou cerca de US\$ 200Milhões no prazo de 6 meses para o fundo por ele gerido. Prosseguiu sua carreira como consultor de gestão profissionalizada de empresas no ramo de alimentação, agropecuário, usinas de açúcar e investimentos e é sócio proprietário da Iguana Investimentos Ltda. Atualmente é membro do Conselho de Administração da Cambuci S/A

Nome: **Alexandre Schuler**

Formação acadêmica: Administração de empresas – FACCAT

Experiência profissional: Larga experiência em processos industriais e métodos para resultado, com 35 anos de carreira vivenciando empresas com foco produtivo, como por exemplo: Calçados Azaléia S/A. Com especialização na área de gestão de produção e área financeira.

Nome: **Emerson Tsuneji Shiromaru**

Formação Acadêmica: Administração de empresas – FEEVALE e Engenharia e Modelagem de calçados – Instituto Japonês de Calçados / Tóquio-Japão

Experiência profissional: Experiência de 25 anos em empresas nacionais e internacionais no seguimento calçadista. Carreira desenvolvida nas áreas de desenvolvimento de materiais e produto, industrial e comercial, procurement e sourcing nas empresas: São Paulo Alpargatas S/A, Calçados Azaleia S/A, Toray Ecsaine Co. Ltda, Duksung Chemical Co. Ltd, Kanebo Co. Ltd, TNK Importadora e Exportadora Ltda, Shion Trading Co. Ltd, Lipa Shoes Co. Ltd., Shin-Niko Co. Ltd e Profile Internacional Ltda.

Nome: **Mário Alberto de Lima Reis Coutinho**

Formação acadêmica: Engenharia Têxtil, pela FEI

Experiência profissional: atividades exercidas como diretor Industrial e diretor de Suprimentos do Grupo Guilherme Giorgi. Atualmente é membro titular do conselho fiscal da Cambuci S/A.

Nome: **Antônio Carlos Bonini Santos Pinto**

Formação acadêmica: Administrador de Empresas

Experiência profissional: Atividades exercidas como auditor da empresa BDO Directa Auditores S/C e conselheiro do Conselho fiscal das empresas Cambuci S/A e Cia Industrial Schlosser S/A. Atualmente é membro titular do conselho fiscal da Cambuci S/A

Nome: **Roberto Massayuki Hara**

Formação acadêmica : Economia - FAAP

Experiência Profissional : Colaborador do Moinho Pacifico a 39 anos, vivenciou a transição do sistema de monopólio governamental do trigo ao de livre mercado. Atuou nas áreas de Recursos Humanos, Financeira, Tributária, Importação e Logística do abastecimento de trigo do Moinho Pacifico. Em 2013 estruturou e é responsável pelo departamento de serviços de recepção, armazenagem e logística de trigo para as tradings Cargill, ADM, Bunge e moinhos do Estado de São Paulo atingindo a movimentação de 350.000 toneladas no primeiro ano de atividade.

Nome: **José Roberto Pereira Rios**

Formação acadêmica: Administração de Empresas e Ciências Contábeis

Experiência profissional: atividades exercidas como contador da empresa Ras Reviri Empresa de Contabilidade e Computação Ltda. Atualmente é membro suplente do conselho fiscal da Cambuci S/A.

Nome: **Clovis Ailton Madeira**

Formação acadêmica: Administração de Empresas pelo Instituto Municipal de Ensino Superior São Caetano do Sul e Ciências Contábeis pela Faculdade São Judas.

Experiência profissional: Sócio Diretor da Directa Auditores. Atualmente é membro suplente do conselho fiscal da Cambuci S/A

Nome: **Sergio Renato Escatolin**

Formação acadêmica: Administração de Empresas Universidade Paulista

Experiência profissional: Atuou como administrador financeiro no 15 anos no Moinho Pacifico no segmento alimentício, com experiência em tesouraria e cambio, sendo responsável pelas aplicações financeiras do Grupo Pacifico. Colabora no “family office” do empresário Lawrence Pih respondendo pela gerencia administrativa e financeira da Rivale Representações Ltda. Atualmente é membro suplente do conselho fiscal da Cambuci S/A

b. **Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos**

i. **Qualquer condenação criminal**

ii. **Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas**

iii. **Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer**

Os candidatos ao Conselho Fiscal, Conselho de Administração e Diretoria Executiva acima mencionados declaram que não estiveram sujeitos, nos últimos 5 (cinco) anos, aos efeitos de qualquer condenação definitiva transitada em julgado na esfera judicial ou administrativa que os tenham suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

- a. **administradores do emissor**
- b. **(i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor**
- c. **(i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor**
- d. **(i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor**

Os candidatos a membro do Conselho Fiscal declaram não haver relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau nas situações acima mencionadas.

No conselho de Administração e diretoria os Senhores Roberto Estefano e Eduardo Estefano Filho são irmãos.

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

- a. **sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor**

O Sr. Eduardo Estefano Filho exerce o cargo de administrador nas empresas Impar Sports Ind. e Com. de Artigos Esportivos Ltda., Cambuci Importadora Ltda, Penalty Argentina S/A e Impar Paraguay S/A .

- b. **controlador direto ou indireto do emissor**

NA

- c. **caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas**

Não se aplica

Anexo III da Proposta da Administração:**13. Remuneração dos Administradores**

13.1. Descrição da política ou prática de remuneração do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e não Estatutária, Conselho Fiscal e Comitês, abordando os seguintes aspectos.

a. objetivos da política ou prática de remuneração

A política de remuneração dos nossos executivos objetiva atrair e reter qualificados profissionais de mercado, que estejam engajados na continuidade e expansão dos nossos negócios.

A Companhia acredita que uma administração profissional composta por executivos de alto nível traz um diferencial competitivo que impacta positivamente o retorno dos negócios.

b. composição da remuneração, indicando:**(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles****Conselho de Administração**

Nossa Companhia tem por política remunerar os membros do Conselho de Administração com honorários fixos. Em razão da situação financeira da Companhia, os membros do Conselho de Administração renunciaram aos seus honorários nos exercícios de 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021.

Diretoria Estatutária

Os membros da nossa Diretoria Estatutária contam com uma remuneração fixa e uma remuneração variável, além dos benefícios indiretos. A remuneração variável corresponde a bônus anual.

Conselho Fiscal

Os membros efetivos de nosso do Conselho Fiscal recebem unicamente a título de honorários uma quantia fixa mensal mínima correspondente a 10% (dez por cento) da remuneração dos diretores.

Comitês

NA.

(ii) qual a proporção de cada elemento na remuneração total**Diretoria Estatutária**

75% (setenta e cinco por cento) da remuneração da Diretoria Estatutária corresponde aos honorários fixos e mensais, 20% (vinte por cento) ao bônus anual e 5% (cinco por cento) corresponde aos benefícios indiretos.

Conselho de Administração e Conselho Fiscal

100% (cem por cento) da remuneração dos membros efetivos de Conselho de Administração e do Conselho Fiscal correspondem aos honorários fixos e mensais a que fazem jus.

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração**Diretoria Estatutária**

Com relação à remuneração da Diretoria Estatutária, a Companhia utiliza os índices divulgados pelos órgãos oficiais e os índices de performance individuais, para correção salarial e de benefícios.

Conselhos de Administração e Fiscal

Para os membros efetivos do Conselho de Administração o cálculo e reajustes estão atrelados às práticas de mercado e, para os membros do Conselho Fiscal, respeitamos os limites mínimos estabelecidos no §3º do art. 162 da Lei n.º 6.404/76.

(iv) razões que justificam a composição da remuneração

A remuneração fixa dos Diretores Estatutários, membros do Conselho de Administração, e do Conselho Fiscal, permite a retenção de profissionais qualificados interessados no aumento da lucratividade da Companhia. A remuneração variável da Diretoria Estatutária está vinculada à obtenção de resultados e à valorização da Companhia, alinhando os interesses dos administradores e dos acionistas.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

A remuneração variável dos Diretores Estatutários – bônus – está vinculada aos indicadores de desempenho financeiros da Companhia, e indicadores de performance coletiva e individual

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

No ciclo anual do planejamento estratégico são definidos os indicadores de desempenho financeiro da Companhia e de performance coletiva e individual que servem de base para fins de pagamento da remuneração variável dos Diretores Executivos.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses da Companhia de curto, médio e longo prazo

Através dos indicadores de desempenho financeiro e de performance coletivo e individual a política de remuneração se alinha aos interesses de curto, médio e longo prazo da Companhia.

Os indicadores de desempenho financeiro escolhidos para determinar os níveis de remuneração da Diretoria Estatutária são os mesmos que definem os níveis de remuneração dos próprios acionistas assegurando, assim, alinhamento entre as partes.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

Diretoria Estatutária

A remuneração fixa, variável e benefícios indiretos dos Diretores Estatutários da Companhia é integralmente paga pela Companhia, à exceção de:

Conselhos de Administração e Fiscal

A remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal é integralmente paga pela Companhia.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia

NA.

13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos últimos 3 exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, preencher tabela abaixo:

Como já foi mencionado nos itens acima, todos os membros do conselho de administração da Companhia renunciaram a remuneração a que teriam direito nos exercícios de 2018, 2019, 2020 e 2021

Valores em R\$/mil

N. de membros	Remuneração fixa		Remuneração variável	Total	
	Honorários	Benefícios	bônus		
2018					
Diretoria	6	3.275.506,75	464.416,28	R\$ -	3.739.923,03
Conselho Fiscal	3	122.367,90	613,92		122.981,82
TOTAL	9	3.397.874,65	465.030,20	R\$ -	3.862.904,85
2019					
Diretoria	5	3.085.653,62	525.897,97	R\$ -	3.611.551,59
Conselho Fiscal	4	183.779,76	1.848,61		185.628,37

TOTAL	9	3.269.433,38	527.746,58	R\$ -	3.797.179,96
2020					
Diretoria	5	R\$ 2.841.888,93	565.734,95	R\$ -	3.407.623,88
Conselho Fiscal	4	R\$ 183.779,76	4.019,53		187.799,29
TOTAL	9	3.025.668,69	569.754,48	R\$ -	R\$ 3.595.423,17
2021					
Diretoria	5	R\$ 3.402.246,99	R\$ 634.797,21	R\$ -	R\$ 4.037.044,20
Conselho Fiscal	4	R\$ 184.545,50	R\$ 2.762,17		R\$ 187.307,67
TOTAL	9	R\$ 3.586.792,49	R\$ 637.559,38	R\$ -	R\$ 4.224.351,87
2022 PROVISÃO					
Diretoria	5	R\$ 3.826.440,06	R\$ 757.771,32	R\$ -	R\$ 4.659.988,51
Conselho Fiscal	4	R\$ 201.990,08	R\$ 3.096,79		R\$ 205.086,88
TOTAL	9	R\$ 4.028.430,15	R\$ 760.868,11	R\$ -	R\$ 4.865.075,39

13.3. Remuneração Variável dos 3 últimos exercícios sociais e remuneração prevista para o exercício corrente do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal.

A política de remuneração da Companhia não contempla programas de remuneração variável para os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal. No caso da Diretoria Estatutária da Companhia, esta recebe a remuneração variável a título de bônus, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Diretoria estatutária

Ano	Número de membros	Bônus – valor mínimo	Bônus – valor máximo	Bônus – valor previsto	Bônus – valor efetivamente pago
2018	6	256.739,64	1.283.698,18	385.109,45	959.902,21
2019	5	231.902,45	1.318.212,25	760.089,35	
2020	5	279.598,11	1.397.990,55	838.794,33	
2021	5	283.520,58	1.417.602,91	850.561,75	
2022	5	318.870,01	1.594.350,06	956.610,02	

13.4. Plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente.

NA.

a. Termos e condições gerais

NA.

b. principais objetivos do plano

NA.

c. forma como plano contribui para esses objetivos

NA

d. como o plano se insere na política de remuneração da Companhia

NA.

e. como o plano alinha os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo

NA.

f. número máximo de ações abrangidas

NA.

g. número máximo de opções a serem outorgadas

NA.

h. condições de aquisição de ações

NA.

i. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

NA.

j. Critérios para fixação do prazo de exercício

NA.

k. Forma de liquidação

NA.

l. Restrições às transferências das ações

NA.

m. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

NA.

n. Efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

NA.

13.5. Quantidade de Ações ou cotas detidas, direta ou indiretamente, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos e indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social

EMPRESA	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**	DIRETORIA	CONSELHO FISCAL
	ON	ON	ON
Cambuci S/A	19.486.540	120.000	
Impar Sports Ind.Com. Artigos Esp. Ltda*	20.000		
Impar Paraguay S/A	1		
Cambuci Importadora Ltda*	2		

* EMPRESA POR COTA

13.6. Remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos três últimos exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente, do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária

NA.

13.7. Opções em aberto do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária ao final do último exercício social.

NA.

13.8. Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos últimos 3 exercícios sociais.

NA.

13.9. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções.

NA

13.10. Planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários.

Não há plano de previdência em vigor conferido aos membros do Conselho de Administração e aos Diretores Estatutários.

13.11. Remuneração média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal relativa aos últimos três exercícios sociais.

Como já foi esclarecido nos itens anteriores, todos os membros do conselho de administração renunciaram a remuneração a que teriam direito.

Ano	n.º De membros	Diretoria /remuneração média		
		Valor da maior remuneração individual	Valor da menor remuneração individual	Valor média remuneração individual
2018	6	927.202,70	265.000,00	280.458,90
2019	5	1.007.832,00	395.018,40	514.275,60
2020	5	971.987,88	406.098,00	559.196,22
2021	5	900.694,52	422.335,31	567.041,17
2022	5	999.689,77	506.674,97	637.740,01

Ano	n.º De membros	Conselho fiscal /remuneração média		
		Valor da maior remuneração individual	Valor da menor remuneração individual	Valor da média remuneração individual
2018	3	40.789,30	40.789,30	40.789,30
2019	4	48.000,00	45.259,92	45.944,94

2020	4	48.000,00	45.259,92	45.944,94
2021	4	48.200,00	45.448,50	46.136,38
2022	4	52.756,24	49.744,61	50.497,52

13.12. Descrição dos arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estructurem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para a Companhia.

NA.

13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

Órgão	2018	2019	20120	2021	2022
Conselho de administração	0	0	0	0	0
Conselho fiscal	0	0	0	0	0
Diretoria	19%	19%	19%	19%	19%

13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

Os Diretores Estatutários, membros do Conselho de Administração e Fiscal não recebem remuneração por quaisquer outras funções que desempenharam na Companhia.

13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal da Companhia, agrupados por órgão, especificando a que títulos tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.

Não há remuneração suportada por controladores, diretos ou indiretos, por sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia.

13.16 Outras Informações Relevantes

NA.

ANEXO IV – DA PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

DESTINAÇÃO DOS RESULTADOS

Destinação do Lucro Líquido do Exercício de 2021

ANEXO 9-1-II DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481/09

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31/12/2021 FORMULADA PELA ADMINISTRAÇÃO DA CAMBUCI S.A. A SER SUBMETIDA À APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 31 DE MARÇO DE 2022, ÀS 10:00HS, NOS TERMOS DO ITEM II, PARÁGRAFO 1º DO ARTIGO 9º DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481/09

1. Informar o lucro líquido do exercício: Lucro líquido do exercício		R\$ 27.592.129,74			
2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos e juros sobre capital próprio já declarados: Juros sobre capital próprio Dividendos propostos Total		R\$ 0,00 R\$ 0,00 R\$ 0,00			
3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído: Percentual do Lucro líquido do exercício distribuído					
4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores: Dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores		R\$ 0,00			
5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:					
a) O valor bruto de dividendos e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe.					
b) A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio.					
c) Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio.					
d) Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento.					
			Montante		
Remuneração	Declaração	Ação	Global(*)	Por ação(*)	Pagamento
	o				

(*) Não há incidência de atualização e juros.					
<p>6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou períodos menores:</p> <p>a) Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados. b) Informar a data dos respectivos pagamentos.</p>					
			Montante		
Remuneração	Declaração	Ação	Global(*)	Por ação(*)	Pagamento
Juros sobre capital próprio					
<p>7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:</p> <p>a) Lucro líquido do exercício e dos 3(três) exercícios anteriores. b) Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído 3(três) exercícios anteriores</p>					
		EXERCÍCIO (Valores em R\$)			
Montante Global	2021	2020	2019	2018	
Lucro / (Prejuízo) Líquido	27.592.129,74	22.026.802,97	20.212.247,66	16.650.232,77	
<p>Não há dividendos distribuído e/ou a distribuir em 31/12/2021 devido a recomposição das reservas de incentivos fiscais.</p>					
<p>8. Havendo destinação de lucros à reserva legal:</p> <p>a) Identificar o montante destinado à reserva legal R\$ 1.379.606,49</p> <p>b) Detalhar a forma de cálculo da reserva legal</p>					

Lucro do Exercício de 2021		27.592.129,74
(-) Prejuízo Acumulado		0,00
Saldo a distribuir		27.592.129,74
Constituição da Reserva legal	5,00%	1.379.606,49

9. Caso a Companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixo ou mínimos:

a) Descrever a forma de cálculo dos dividendos fixos ou mínimos Não aplicável

b) Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos Não aplicável

c) Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa Não aplicável

d) Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais Não aplicável

e) Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe Não aplicável

10. Em relação ao dividendo obrigatório:

a) Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto
 O Art. 41 do Estatuto Social da Companhia prevê dividendo obrigatório não inferior a 25% do lucro líquido anual ajustado, na forma prevista pelo Art. 202 da Lei Das Sociedades Por Ações.
 Não houve distribuição de dividendos em função da constituição da reserva legal e constituição da reserva para incentivos fiscais.

b) Informar se ele está sendo pago integralmente
 Não houve pagamento de dividendos

c) Informar o montante eventual retido

Lucro do Exercício de 2021		27.592.129,74
(-) Prejuízo Acumulado		0,00
Saldo a distribuir		27.592.129,74
Constituição da Reserva legal	5,00%	1.379.606,49
Constituição de Reserva de incentivos fiscais		26.212.523,25

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da Companhia ¹:

a) Informar o montante da retenção

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia destinou o valor de R\$ 26.212.523,25 para reserva de incentivos fiscais, deduzindo esse valor da base de dividendos.

b) Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxo de caixa positivos.

A Companhia está focada na geração de valor. Nos últimos anos, houve um incremento significativo nas margens e na lucratividade. Os esforços para redução de estoques, aumento de margem e gestão da estrutura de capital convergem para uma elevada taxa de retorno sobre o patrimônio líquido. A pulverização dos recebíveis garante acesso facilitado a capital de giro junto as instituições financeiras e a elevada margem bruta dos produtos garante geração de caixa suficiente para as operações. Nossos índices de liquidez estão dentro do esperado pela administração e há esforços contínuos para melhoria dos mesmos.

c) Justificar a retenção dos dividendos

A Companhia goza de subvenções de investimentos, concedidas pelos governos estaduais (ICMS) em que as Fábricas estão localizadas. A partir de 1º de janeiro de 2008, os incentivos fiscais passaram a ser registrados diretamente no resultado, sendo posteriormente, quando do encerramento das demonstrações financeiras, constituídos como “Reserva de incentivos fiscais” no grupo “Reservas de lucros”.

A proposta da Administração é recompor o saldo das reservas para incentivos fiscais, destinando o valor após a destinação da reserva legal, no montante de R\$ 26.212.523,25 para reserva de incentivos fiscais.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências:

- | | |
|---|---------------|
| a) Identificar o montante destinado à reserva | Não aplicável |
| b) Identificar a perda provável e sua causa | Não aplicável |
| c) Explicar porque a perda foi considerada provável | Não aplicável |
| d) Justificar a constituição da reserva | Não aplicável |

13. Havendo a destinação de resultado para reserva de lucros a realizar:	
a) Informar o montante destinado a reserva de lucros a realizar	Não aplicável
b) Informar a natureza dos lucros não realizados que deram origem à reserva	Não aplicável
14. Havendo a destinação de resultado para reservas estatutárias:	
a) Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva	Não aplicável
b) Identificar o montante destinado a reserva	Não aplicável
c) Descrever como o montante foi calculado	Não aplicável
15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital:	
a) Identificar o montante da retenção	Não aplicável
b) Fornecer cópia do orçamento de capital	Não aplicável
16. Havendo destinação de resultado para reserva de incentivos fiscais:	
a) Identificar o montante destinado à reserva Constituição de reserva de incentivos fiscais no montante de R\$ 26.212.523,25	
b) Explicar a natureza da destinação	
<p>A partir de 1º de janeiro de 2008, os incentivos fiscais passaram a ser registrados diretamente no resultado, sendo posteriormente, quando do encerramento das demonstrações financeiras, constituídos como “Reserva de incentivos fiscais” no grupo “Reservas de lucros”.</p> <p>Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Administração propõe destinar o valor para reserva de incentivos fiscais, deduzindo esse valor da base de dividendos.</p>	

ANEXO V**Modelo de Boletim de voto à distância – AGO da CAMBUCI S/A de 31/03/2022****1. Nome do acionista:****2. CNPJ ou CPF do acionista:****3. Endereço de e-mail para envio ao acionista da confirmação do recebimento do boletim pela Companhia:****4. Orientações de preenchimento:**

O presente boletim deve ser preenchido caso o acionista opte por exercer o seu direito de voto à distância, nos termos da Instrução CVM nº 481.

Nesse caso, é imprescindível que os campos acima sejam preenchidos com o nome (ou denominação social) completo do acionista e o número do Cadastro no Ministério da Fazenda, seja de pessoa jurídica (CNPJ) ou de pessoa física (CPF), além de um endereço de e-mail para eventual contato.

Além disso, para que este boletim de voto seja considerado válido e os votos aqui proferidos sejam contabilizados no quórum da Assembleia Geral:

- todos os campos abaixo deverão estar devidamente preenchidos;
- todas as suas páginas deverão ser rubricadas;
- ao final, o acionista ou seu(s) representante(s) legal(is), conforme o caso e nos termos da legislação vigente, deverá assinar o boletim; e
- não será exigido o reconhecimento das firmas apostas no boletim, tampouco a sua consularização.

Importante esclarecer que a “Proposta da Administração” por vezes referida neste boletim, e à qual este boletim é anexo, encontra-se à disposição dos Senhores Acionistas na sede social da CAMBUCI S/A, no seu site www.cambuci.com.br/investidores, e no endereço eletrônico da CVM www.cvm.gov.br e no endereço eletrônico da BM&FBOVESPA www.bmfbovespa.com.br.

5. Orientações para envio do boletim

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto à distância poderá: (i) preencher e enviar o presente boletim diretamente à Companhia, ou (ii) transmitir as instruções de preenchimento para prestadores de serviços aptos, conforme orientações abaixo:

5.1. Exercício de voto por meio de prestadores de serviços – Sistema de voto à distância.

O acionista que optar por exercer o direito de voto a distância por prestadores de serviço deverá fazê-lo por uma das opções:

- **Acionistas com posição acionária em livro escritural:** podem exercer o voto à distância por intermédio do escriturador. As instruções de voto deverão ser realizadas através do site Itaú Assembleia Digital. Para votar pelo site é necessário realizar um cadastro e possuir um certificado digital. Informações sobre o cadastro e passo a passo para emissão do certificado digital estão descritas no site: <http://www.italu.com.br/securitiesservices/assembleiadigital/>.

ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A., Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.500, 3º andar, São Paulo.

Atendimento a acionistas:

3003-9285 (capitais e regiões metropolitanas)

0800 7209285 (demais localidades)

O horário de atendimento é em dias úteis das 9h às 18h.

Email: atendimentooescrituracao@italu-unibanco.com.br

- **Acionistas com posição acionária em instituição custodiante/ corretora:** deverão verificar os procedimentos para votar com a instituição custodiante da ação.

5.1. Exercício de voto por meio de prestadores de serviços – Sistema de voto à distância.

O acionista que optar por exercer o direito de voto a distância por prestadores de serviço deverá fazê-lo por uma das opções:

- **Acionistas com posição acionária em livro escritural:** podem exercer o voto à distância por intermédio do escriturador. As instruções de voto deverão ser realizadas através do site Itaú Assembleia Digital. Para votar pelo site é necessário realizar um cadastro e possuir um certificado digital. Informações sobre o cadastro e passo a passo para emissão do certificado digital estão descritas no site: <http://www.italu.com.br/securitiesservices/assembleiadigital/>.

ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A., Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.500, 3º andar, São Paulo.

Atendimento a acionistas:

3003-9285 (capitais e regiões metropolitanas)

0800 7209285 (demais localidades)

O horário de atendimento é em dias úteis das 9h às 18h.

Email: atendimentooescrituracao@italu-unibanco.com.br

- **Acionistas com posição acionária em instituição custodiante/ corretora:** deverão verificar os procedimentos para votar com a instituição custodiante da ação.
- **Acionistas com ações custodiadas em mais de uma instituição:** (exemplo: parte da posição está custodiada nos livros do escriturador e outra parte com um custodiante, ou ações estão custodiadas em mais de uma instituição custodiante): basta enviar a instrução de voto

para apenas uma instituição, o voto será sempre considerado pela quantidade total de ações do acionista.

Nos termos da Instrução CVM nº 481, o acionista deverá transmitir as instruções de preenchimento do boletim para seus agentes de custódia ou para o escriturador em até 7 dias antes da data de realização das Assembleias, ou seja, até 25/03/2022 (inclusive), salvo se prazo diverso for estabelecido por seus agentes de custódia ou pelo escriturador.

Vale notar que, conforme determinado pela Instrução CVM nº 481, a Central Depositária da CAMBU S/A, ao receber as instruções de voto dos acionistas por meio de seus respectivos agentes de custódia, desconsiderará eventuais instruções divergentes em relação a uma mesma deliberação que tenham sido emitidas pelo mesmo número de inscrição no CPF ou CNPJ. Adicionalmente, o escriturador, também em linha com a Instrução CVM nº 481, desconsiderará eventuais instruções divergentes em relação a uma mesma deliberação que tenham sido emitidas pelo mesmo número de inscrição no CPF ou CNPJ.

5.2. Envio do boletim pelo acionista diretamente à Companhia:

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto à distância poderá, alternativamente, fazê-lo diretamente à Companhia, devendo, para tanto, encaminhar os seguintes documentos à Av. Getúlio Vargas, 930, Marmeleiro, cep 18130-430, São Roque/SP – Brasil, aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores:

(i) via física do presente boletim devidamente preenchido, rubricado e assinado;

e

(ii) cópia autenticada dos seguintes documentos:

(a) para pessoas físicas: documento de identidade com foto do acionista; (b) para pessoas jurídicas: último estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista; e documento de identidade com foto do representante legal. (c) para fundos de investimento: último regulamento consolidado do fundo; estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e documento de identidade com foto do representante legal.

O acionista pode também, se preferir, enviar as vias digitalizadas deste boletim e dos documentos acima mencionados para o endereço eletrônico roberto.estefano@cambuci.com.br, sendo que, nesse caso, também será necessário o envio da via original deste boletim e da cópia autenticada dos documentos requeridos até o dia 29/03/2021, inclusive, para Av. Getúlio Vargas, 930, Marmeleiro, cep 18130-430, São Roque/SP – Brasil, aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores.

Uma vez recebidos o boletim e respectivas documentações exigidas, a Companhia avisará ao acionista acerca de seu recebimento e de sua aceitação ou não, nos termos da Instrução CVM nº 481.

Caso este boletim seja eventualmente encaminhado diretamente à Companhia, e não esteja integralmente preenchido ou não venha acompanhado dos documentos comprobatórios descritos no item (ii) acima, este será desconsiderado e o acionista será informado por meio do endereço de e-mail indicado no item 3 acima.

O boletim e demais documentos comprobatórios deverão ser protocolados na Companhia em até 3 dias antes da data da Assembleia Geral, ou seja, até 29/03/2021 (inclusive). Eventuais boletins recepcionados pela Companhia após essa data também serão desconsiderados.

Deliberações/ Questões relacionadas à Assembleia Geral Ordinária:

1. Aprovar as contas dos administradores e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2021.

Aprovar Rejeitar Abster-se

2. Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31/12/2021, conforme Proposta da Administração, nos seguintes termos:

- (i) R\$ 1.379.606,49 constituição da Reserva Legal
- (ii) R\$ 26.212.523,25 constituição de Reserva para Incentivos Fiscais

Aprovar Rejeitar Abster-se

3. Definir que o Conselho de Administração será composto por 03 membros:

Aprovar Rejeitar Abster-se

4. Eleger membros para compor o Conselho de Administração:

Indicação de todos os nomes, conforme Proposta da Administração:

- Roberto Estefano
- Eduardo Estefano Filho
- Manuel Roberto Bravo Caldeira

Aprovar Rejeitar Abster-se

5. Deseja requerer a adoção do processo de voto múltiplo para eleição do Conselho de Administração, nos termos do Art. 141 da Lei 6.404/76?

Sim Não Abster-se

5.1. Em caso de adoção do processo de eleição por voto múltiplo, deseja distribuir o voto adotado em percentuais para os candidatos que compõem a chapa escolhida?

Sim Não

Se houver respondido SIM, favor indicar a distribuição dos percentuais:

Distribuir os votos proporcionalmente a todos os candidatos da chapa proposta pela Administração; ou

Distribuir os votos conforme descrito abaixo:

[_____] % - Roberto Estefano
[_____] % - Eduardo Estefano Filho
[_____] % - Manuel Roberto Bravo Caldeira
100,0% - TOTAL

6. Eleger membros para compor o Conselho Fiscal:

Indicação de todos os nomes, conforme Proposta da Administração:

- Roberto Massayuki Hara / Sergio Renato Escatolin
- Mário Alberto de Lima Reis Coutinho / José Roberto Pereira Rios
- Antonio Carlos Bonini Santos Pinto / Clovis Ailton Madeira

Aprovar Rejeitar Abster-se

7. Fixar, para o exercício de 2022, remuneração global anual para os membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal de até R\$ 5.500.000,00 (cinco milhões e quinhentos mil reais).

Aprovar Rejeitar Abster-se

8. Em caso de segunda convocação da Assembleia Geral Ordinária, as instruções de voto constantes neste boletim podem ser consideradas também para a realização em segunda convocação?

Sim Não Abster-se

[Cidade], [data]

Nome